



CRT - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

1. AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2017, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a responsabilidade social da Concessionária Rio-Teresópolis S/A.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S/A (CRT) tem como objetivo a administração da Rodovia Santos Dumont, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, concedida pelo poder público federal em 22/11/1995 e regulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua operação teve início em 22/03/1996 e se estenderá até 21/03/2021.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizou a emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais – Classe A. Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, os quais vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas no término do prazo de colocação.

Em 10/06/2003, a CRT – FIP passou a integrar o quadro de acionistas, mediante aquisição de 9.420 ações preferenciais, posteriormente alteradas para 9.524.

Em dezembro de 2010, a INVEPAR sucedeu a OAS na estrutura acionária da CRT.

A rodovia cruza os municípios de Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, que juntos somam uma população de aproximadamente 1,3 milhão (IBGE – Censo 2010).

A via é importante para o escoamento de produtos agrícolas, já que a Região Serrana é a "maior produtora de hortigranjeiros do Estado, em volume, e a maior fornecedora de olerícolas folhosas para as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa – RJ)". Além disso, a rodovia BR-116/RJ tem relevante importância para o fomento ao turismo do estado, interligando a Capital e a Região Serrana, que conta com inúmeras belezas naturais e tem como principais atrativos o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), o Parque Estadual dos Três Picos, a sede de treinamento da Seleção Brasileira de Futebol, localizada na Granja Comary, e um desenvolvido turismo rural. Adicionalmente, no Km 77,2 há o entroncamento com a Rodovia RJ-130 (Teresópolis-Friburgo), que juntamente com a RJ-142 faz parte do circuito turístico Serramar, ligando a Região Serrana à Região dos Lagos.

A rodovia está integrada às demais rodovias estaduais e federais e ao Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, compondo importante eixo estratégico do estado na distribuição de produtos e no fornecimento de serviços para atender o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.

A Companhia atualmente opera com três praças de pedágio: a praça principal PN1 localizada no Km 133,5 em Piabetá, e as praças auxiliares PA1, localizada no Km 114,5 em Santo Aleixo, e PA2, localizada no Km 122 em Santa Guilhermina. Também estão em operação os postos de pesagem fixos localizados em Três Córregos (Km 70,9) e em Piabetá (Km 131).

A CRT tem implementado várias iniciativas inéditas no setor de rodovias brasileiras, dentre elas o programa de "Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas da Rodovia BR-116/RJ e seu entorno", que vem sendo desenvolvido desde 2006, em parceria com a COPPE/UFRJ e o INMET, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e a associação delas às condições geológicas. Outra iniciativa é o programa "Fauna Viva", cujo objetivo é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

Em paralelo ao programa de investimentos, a CRT tem implantado e mantido uma gama de serviços voltados para seus usuários, conforme descrito abaixo:

Serviços	Quantidade
Bases Operacionais	4
Câmeras de monitoramento	68
Carros-resgate	3
Estação meteorológica	2
Estação pluviométrica	9
Guinchos	8
Painéis de mensagens variáveis	6
Telefones de emergência (callboxes)	100
UTI - Móvel	1
Viaturas de Inspeção	5

Para coordenar toda esta estrutura de atendimento, a Concessionária dispõe da Central de Controle de Operações (Central de Inteligência 24 horas), com supervisor e operadores de tráfego que comandam todos os serviços de apoio aos usuários, além da integração com a Polícia Rodoviária Federal, o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e a Defesa Civil.

A CRT gera 929 empregos diretos, entre funcionários próprios e terceirizados (base dezembro/2017), sendo que a maioria de seus funcionários reside em Magé, Teresópolis, Guapimirim e Duque de Caxias, municípios da região atendidos pela via.

Com a geração de empregos, arrecadação de impostos e melhoria na infraestrutura rodoviária, a CRT contribui para o desenvolvimento da região servida pela rodovia.

Ao longo destes 21 anos de gestão, a CRT por meio de sua política de Responsabilidade Social, vem aumentando sua participação de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia. Com ações de cunho educativo e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos, a Companhia vem obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados como também dos colaboradores internos e usuários da rodovia.

2.2 Destaques do Ano

A continuação da crise econômica vivida pelo país e a intensificação dos roubos de cargas no Estado do Rio de Janeiro tornaram 2017 um ano mais desafiador para a Companhia, pois os dois eventos impactaram fortemente o tráfego pedagiado. Como forma de mitigar os efeitos desse impacto, a CRT promoveu grandes esforços para a redução dos custos e reprogramou uma série de investimentos, permitindo um fluxo de caixa saudável.

A seguir, os destaques de 2017:

- Em 05/05/2017 foi protocolada a Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro, que persiste desde 2013, existente no contrato de concessão firmado com a CRT. O desequilíbrio econômico-financeiro foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no Km 71 e Km 14, respectivamente.
- A ANTT, pela Resolução 5.417/17 de 20/09/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2017, reconheceu o desequilíbrio do contrato de concessão na 21ª Revisão Ordinária e aprovou a 7ª Revisão Extraordinária da tarifa básica de pedágio (TBP), autorizando o reajuste da TBP de R\$ 17,10 para R\$ 18,10, que passou a vigorar a partir do dia 25/09/2017.
- Embora a ANTT tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, apresentado na 7ª Revisão Extraordinária e na 21ª Revisão Ordinária, até o momento não aprovou a forma de reequilibrar o contrato de concessão conforme as previsões legais. A CRT entende que a ANTT respeitará essa medida e continuará mantendo seu compromisso na excelência de serviços prestados aos usuários da rodovia e na contribuição ao desenvolvimento econômico e social dos municípios onde está presente, como vem ocorrendo ao longo dos últimos 21 anos.
- A agência classificadora de risco, Fitch Ratings, elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia de "AA+(bra)" para "AAA(bra)", com perspectiva estável. Mais detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercado

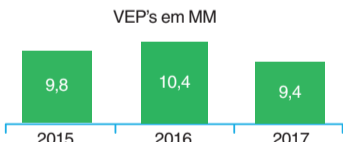
As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Rio-Teresópolis S/A são definidas pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Em setembro/2017, a ANTT concedeu um reajuste da tarifa básica de pedágio de 5,62%. Esse reajuste corresponde ao IPCA de 2017, ao repasse da isenção de cobrança dos eixos suspensos de 2016 e 2017 advinda da lei dos caminhoneiros, a novas contenções emergenciais, a despesas com envio de multas de trânsito, entre outros previstos no PER¹. Com o reajuste concedido, a tarifa básica para veículos de passeio passou para R\$ 18,10 na praça principal e R\$ 12,60 nas praças auxiliares.

Apesar do aumento do PIB de 2017 em relação a 2016, estimado no Boletim Focus de 05/01/2018, em 1,01%, a taxa de desemprego, segundo informativo da CNI² de dezembro de 2017, deverá encerrar o ano em 12,8% contra 11,5% em 2016. Serão mais de 13 milhões de pessoas desempregadas. Com tantos postos de trabalho fechados, somados à crise financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seus municípios e ao aumento de roubos de cargas nas estradas do Rio de Janeiro, o tráfego pedagiado apresentou queda de 10,2% em relação a 2016.

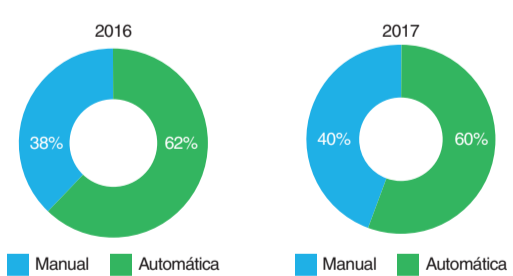
Segundo o índice ABCR³, o movimento nas estradas do país teve um aumento de 1,9% em relação a 2016. Já no Estado do Rio de Janeiro, o índice aponta recuo no tráfego de 1,5% em relação ao ano passado. O fluxo de veículos leves caiu 1,0% e o de pesados 4,4%.

3.2 Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2017	2016	Δ%
Veículos Pagantes	9.379	10.445	-10,2%
Manual	5.601	6.459	-13,3%
Automática	3.778	3.986	-5,2%



A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos - das operadoras Sem Parar/Via Fácil, Auto Expresso, ConectCar e Move Mais - nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou queda de 858 mil veículos (-13,3%), assim como o tráfego das pistas automáticas, que apresentou uma redução de 208 mil veículos (-5,2%).



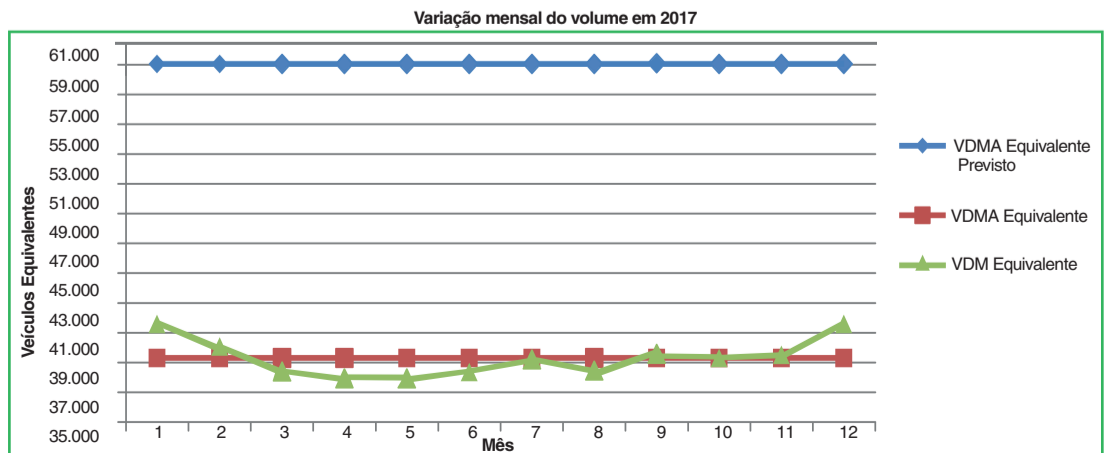
4. INDICADORES OPERACIONAIS

- As informações a seguir atendem ao disposto na Resolução da ANTT nº 3847 de 20/06/2012.

4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA, respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



O VDMA equivalente realizado está abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, principalmente em função da decisão da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) pela suspensão temporária da cobrança de pedágio na praça de Três Córregos (PN2), ocorrida em setembro de 2009, e pela não implantação da praça de pedágio PN3 no Km 14.

¹PER – Programa de Exploração da Rodovia.
²CNI – Confederação Nacional de Indústria.
³ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovia

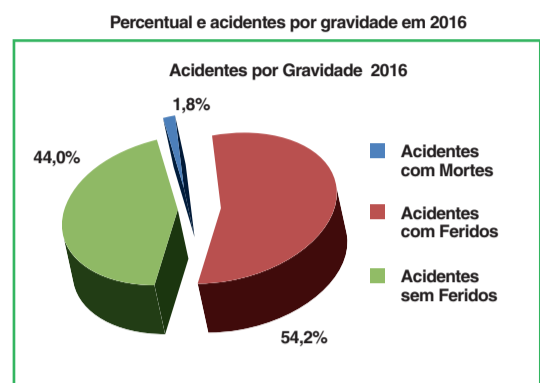
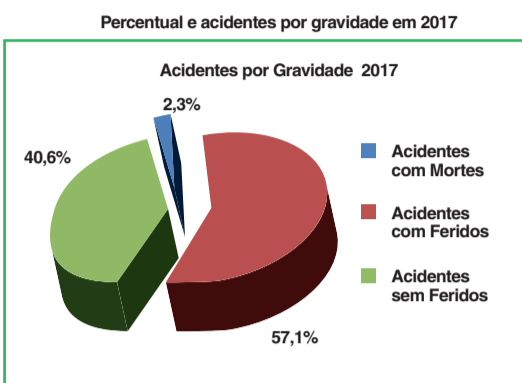
Tráfego Pedagiado em 2017

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS				
Categoria	Tipo de Veículo	Eixos	Rodagem	Quant.
1	automóvel, caminhonete e furgão	2	simples	6.746.009
2	caminhão leve, ônibus, caminhão-tractor e furgão	2	dupla	1.319.971
3	automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque	3	simples	15.485
4	caminhão, caminhão-tractor, caminhão- tractor com semi-reboque e ônibus	3	dupla	423.388
5	automóvel com reboque e caminhonete com reboque	4	simples	3.299
6	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	4	dupla	267.634
7	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	5	dupla	201.961
8	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	6	dupla	204.278
9	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	7	dupla	38.867
10	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	8	dupla	1.298
11	motocicletas, motonetas e bicicletas a motor	2	simples	134.082
Especial	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	10 +	dupla	22.854
Total				9.379.126

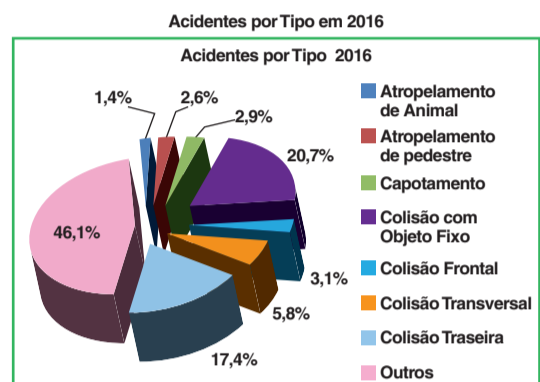
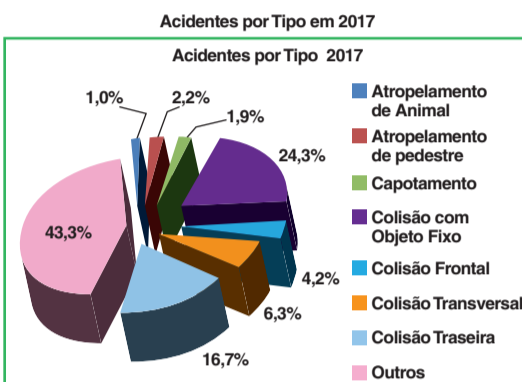
4.2 Segurança no Trânsito

4.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e total de pessoas envolvidas em 2017 e 2016.



O gráfico apresenta o valor percentual dos principais tipos detectados no trecho concedido da rodovia.



4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2017. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão		
Tipo de Veículos	Quantidade	Quantidade/100 Km
Viatura de Inspeção	5	4
Guincho Leve	5	4
Guincho Pesado	1	1
Guincho Super Pesado	2	1
Carro Resgate	3	2
Ambulância Simples	0	0
UTI	1	1
Balança Móvel	1	1
Balança Fixa	1	1
Total de Veículos Operacionais	19	13
Administração	19	13
Pedágio	1	1
Caminhão	1	1
Picape	2	1
Segurança do Trabalho	1	1
Manutenção	1	1
Faixa de domínio	1	1
Total de Veículos de Apoio	26	18
Total de Veículos	45	32

4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Companhia na operação da concessão em dezembro/2017. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Tipo de Função	Quantidade	Qte/VDMA
Gerente de Operações	1	0,3
Coordenador de Tráfego	1	0,3
Sup. Tráfego	4	1,0
Insp. Tráfego	38	9,5
Assistente de Tráfego	8	2,0
Coordenador Fx. Domínio	1	0,3
Assistente de Faixa de Domínio	1	0,3
Auxiliar de Faixa de Domínio	1	0,3
Coordenador de Balança	1	0,3
Operadores de Balança	39	9,8
Assistente de Balança	2	0,5
Laçadores (Campeiro)	4	1,0
Guincho Leve	12	3,0
Guincho Super Pesado	12	3,0
Médico	6	1,5
Resgatista/Socorrista	32	8,0
Enfermeiro	4	1,0
Total de Pessoal Operacional	167	41,9
Coordenador Pedágio	1	0,3
Sup. Assist. Pedágio	4	1,0
Sup. Pedágio	4	1,0
Arrecadador SNR	14	3,5
Arrecadador	79	19,8
Assistente de Pedágio	3	0,8
Auxiliar de Pedágio	3	0,8
Total de Pessoal de Pedágio	108	27,1
Total	275	69,0

4.4 Aspectos Financeiros

4.4.1 Receitas

Apresentamos a receita da concessionária em 2017 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

RS mil	Em 2017	Acumulada
Receita com Pedágio	247.587	3.482.883
Receita extraordinária	1.292	9.097
Total	248.879	3.491.980

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2017, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos

RS mil	Em 2017	Acumulada
Investimentos	20.470	831.873

4.4.3 Custos Operacionais

RS mil	Em 2017	Acumulada
Custos Operacionais	62.142	786.781

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras em 2017.

RS mil	Em 2017	Acumulada
ISS	12.276	169.490

Os valores acumulados foram atualizados pelo IPCA.

4.4.4 Tarifas de Pedágio

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

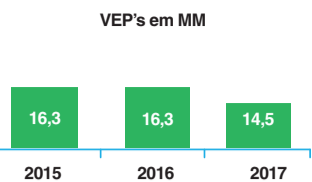
Praça de Pedágio	Valor da tarifa por praça de pedágio								
	Categoria do veículo								
PN1(km 133,5)	18,10	36,20	27,15	54,30	36,20	72,40	90,50	108,60	9,00
PA1(km 114,5)	12,60	25,20	18,90	37,80	25,20	50,40	63,00	75,60	6,30
PA2 (km 122,0)	12,60	25,20	18,90	37,80	25,20	50,40	63,00	75,60	6,30



5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Tráfego - mil	2017	2016	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	14.547	16.298	-10,7%
Leves	6.843	7.566	-9,6%
Pesados	7.704	8.732	-11,8%



Em 2017, foram pedagiados 14,5 milhões de veículos equivalentes⁴, queda de 10,7% em relação a 2016. O tráfego foi impactado pela crise econômica do país e, em particular, pelo cenário do Rio de Janeiro, afetado pelo roubo de cargas e pelo agravamento da situação financeira do Estado e seus municípios.

⁴ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

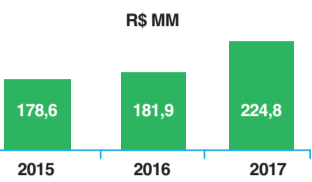
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor Adicionado

Em 2017, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 147,9M, aumento de 23,25% em relação a 2016, cujo valor adicionado foi de R\$ 120,0M. Esse crescimento deve-se principalmente ao incremento das receitas operacionais, provocado pelos reajustes da tarifa básica de pedágio em dez/16 e set/17. Esse aumento foi parcialmente compensado pelo crescimento das despesas administrativas, dos custos operacionais e dos custos com depreciação e amortização.

6.2 Receita Operacional

R\$ mil	2017	2016	Δ%
Receita Líquida	242.910	194.336	25,0%
Receitas de Pedágio	247.587	200.324	23,6%
Outras Receitas	1.879	1.610	16,7%
Receita de Construção (IFRS)	18.155	12.407	46,3%
Deduções da Receita	(24.711)	(20.005)	23,5%
Receita Líquida Ajustada¹	224.755	181.929	23,5%



¹ Exclui Receita de Construção.

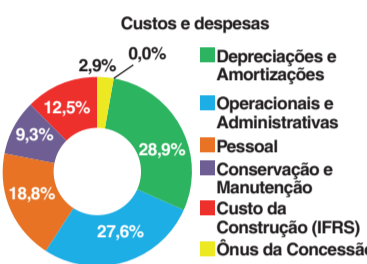
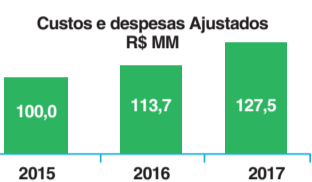
• **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio em 2017 foi de R\$ 247,6M, o que representou um aumento de R\$ 47,3M em relação ao ano anterior, devido ao reajuste da tarifa básica em dez/16, da ordem de 40% (de R\$ 12,20 para R\$ 17,10) e ao reajuste em set/17, que passou de R\$ 17,10 para R\$ 18,10.

• **Receitas Extraordinárias/Outras** – As receitas Extraordinárias/Outras somaram R\$ 1,9M em 2017, crescimento de R\$ 268 mil em relação a 2016, proveniente de reajustes dos contratos de exploração da faixa de domínio e de indenizações da seguradora.

• **Receita da Construção** - Foram apurados como receita de construção (IFRS) R\$ 18,2M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

6.3 Custos e Despesas

R\$ mil	2017	2016	Δ%
Custos e Despesas	145.592	117.608	23,8%
Pessoal	27.429	24.494	12,0%
Operacionais e Administrativas	30.888	32.068	-3,7%
Conservação e Manutenção	13.475	13.571	-0,7%
Ônus da Concessão	4.252	3.937	8,0%
Outros Custos/Despesas	9.260	591	1.465,6%
Provisões Líquidas	(33)	(8.484)	-99,6%
Custo da Construção (IFRS)	18.155	12.407	46,3%
Depreciações e Amortizações	42.166	39.023	8,1%
Custos e Despesas Ajustados¹	127.470	113.685	12,1%



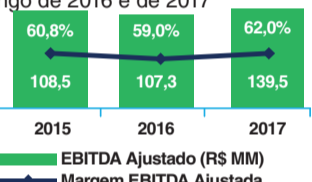
¹ Exclui Custo de Construção e Provisões.

Os Custos e Despesas Ajustados, expurgando as Depreciações e Amortizações, estão R\$ 10,6M (+14,3%) acima dos registrados em 2016. Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - aumento de R\$ 2,9M, em decorrência dos reajustes da categoria realizados em set/16 (+4%) e mar/17 (+4,7%) e do aumento do custo com seguro de saúde, alimentação e transporte; **Operacionais e Administrativas** – abaixo de 2016 em R\$ 1,2M, devido a economias diversas com: consultorias, publicidade e propaganda, energia elétrica/telecomunicações, entre outros; **Conservação e Manutenção** – redução de R\$ 96 mil devido à economia com serviços de monitoração e sinalização viária; **Ônus da Concessão** – aumento de R\$ 315 mil em decorrência do reajuste da taxa de fiscalização e da maior demanda para os projetos do RDT (Recursos de Desenvolvimento Tecnológico); **Outros Custos/Despesas** – aumento de R\$ 8,7M devido a reclassificação e baixa de sinistros ocorridos em 2016. **Provisões Líquidas** – em 2016, houve reversão de provisão de contingências referente à ação cível de 2000 no valor de R\$ 8M.

As despesas com Depreciação e Amortização de 2017 totalizaram R\$ 42,2M, superando o ano de 2016 em R\$ 3,1M (+8,1%). O crescimento ocorreu em função do encerramento de várias obras ao longo de 2016 e de 2017.

6.4 EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA Ajustado	2017	2016	Δ%
Lucro líquido no ano	42.116	35.789	17,7%
Imposto de Renda e CSLL	21.821	18.609	17,3%
Remuneração Debenturistas	33.971	21.948	54,8%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(591)	382	-254,7%
Depreciação e amortização	42.166	39.023	8,1%
EBITDA	139.483	115.751	20,5%
Provisões Líquidas	(33)	(8.484)	-99,6%
EBITDA Ajustado	139.450	107.267	30,0%
Margem EBITDA Ajustada	62,0%	59,0%	3,1 p.p.

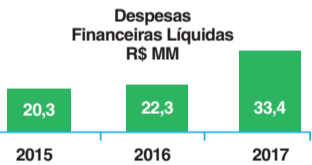


O EBITDA Ajustado do ano totalizou R\$ 139,5M, crescimento de R\$ 32,2 (+30,0%) em relação ao apurado em 2016. A Margem EBITDA Ajustada foi de 62,0% (+3,1 p.p.), resultante dos reajustes da tarifa básica de pedágio em 2016 e 2017, após quatro anos sem reajuste, e dos esforços na redução de custos.

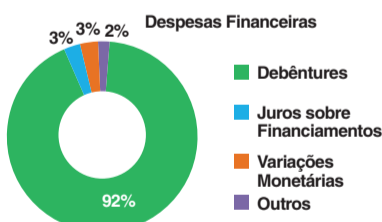
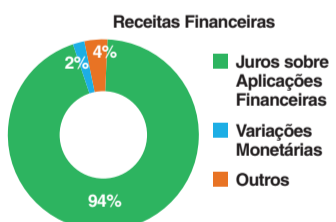
O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, da variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável ao de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

6.5 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ mil	2017	2016	Δ%
Receitas Financeiras	3.687	5.532	-33,4%
Juros sobre Aplicações Financeiras	3.461	4.396	-21,3%
Variações Monetárias	79	981	-91,9%
Outros	147	155	-5,1%
Despesas Financeiras	(37.067)	(27.862)	33,0%
Debêntures	(33.971)	(21.948)	54,8%
Juros sobre Financiamentos	(1.007)	(2.204)	-54,3%
Variações Monetárias	(1.236)	(2.595)	-52,4%
Outros	(853)	(1.115)	-23,5%
Resultado Financeiro	(33.380)	(22.330)	49,5%



O resultado financeiro da Companhia em 2017 totalizou R\$ 33,4M de despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R\$ 11M em relação a 2016. Este crescimento ocorreu em função da maior atribuição de Debêntures (resultado de 2017 superior ao de 2016) e da menor receita financeira, que foi parcialmente compensada pela redução das despesas com juros e pela variação monetária de financiamentos.



6.6 Resultado do Exercício

DESCRIÇÃO	2017	2016	Δ%
Veículos equivalentes	14.547	16.297	-10,7%
Receita operacional líquida	242.910	194.336	25,0%
Receitas operacionais	247.587	200.324	23,6%
Abatimentos	(3.367)	(2.746)	22,6%
PIS, COFINS, ISS e outros	(21.344)	(17.259)	23,7%
Outras receitas	1.879	1.610	16,7%
Receita de construção	18.155	12.407	46,3%
Custos e despesas	(103.427)	(78.585)	31,6%
Custos e despesas	(81.053)	(70.725)	14,6%
Provisões diversas	(801)	(1.115)	-28,2%
Reversões diversas	834	9.599	-91,3%
Ônus da concessão	(4.252)	(3.937)	8,0%
Custo de construção	(18.155)	(12.407)	46,3%
EBITDA	139.483	115.751	20,5%
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>57,42%</i>	<i>59,56%</i>	<i>-2,14 p.p.</i>
Depreciações e amortizações	(42.166)	(39.023)	8,1%
Despesas financeiras líquidas ¹	(33.380)	(22.330)	49,5%
Lucro antes i. renda	63.937	54.398	17,5%
Imposto de renda/contribuição social ²	(21.821)	(18.609)	17,3%
Lucro líquido	42.116	35.789	17,7%
Lucro líquido/receita líquida	17,34%	18,42%	-1,08 p.p.
Receita líquida ajustada³	224.755	181.929	23,5%
EBITDA ajustado⁴	139.450	107.267	30,0%
Margem EBITDA ajustada	62,0%	59,0%	3,0 p.p.

¹ Inclui remuneração das debêntures.

² Contém R\$ 424 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet) em 2017 e R\$ 267 em 2016.

³ Exclui receita de construção e provisões.

⁴ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas.

O lucro líquido por ação no ano atingiu R\$ 487,08 (R\$ 413,91 em 2016), justificado pela reversão de provisão, conforme comentado anteriormente.

6.7 Disponibilidade e Endividamento

6.7.1 Captações de recursos

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, foram captados recursos de longo prazo no Brasil (BNDES) compatíveis com as necessidades de investimentos previstas no contrato de concessão.

Em 2009, obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012, finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 3,1M.

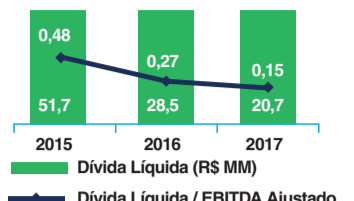
Em agosto de 2012, realizamos o financiamento da construção da balança fixa localizada no Km 131 e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), no valor de R\$ 9,5M, por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A.. A dívida foi totalmente liquidada.

Em dezembro de 2013, a companhia assinou, no valor de R\$ 52,7 milhões junto ao BNDES, o contrato de financiamento de importantes obras que foram realizadas ao longo da rodovia, com destaque para a ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho III) e a reconstrução do pavimento entre os quilômetros 71 e 89. Houve a captação de apenas R\$ 41,8M, devido a eliminação da obra do trecho IV da Serra no cronograma de investimentos da Companhia, conforme 21ª Revisão Ordinária (PER). O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 17,2M.

Em 2016, a Companhia assinou o contrato de financiamento no valor de R\$ 20M por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco SANTANDER (BRASIL) S/A. Essa operação tem por finalidade o financiamento de obras de contenção de encostas, construção de rua lateral e construção de retorno. Até o momento houve a captação de R\$ 7,0M. O saldo a ser amortizado até fevereiro de 2021 é de R\$ 7M.

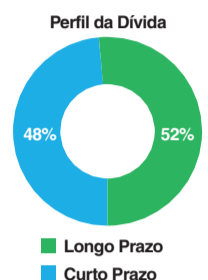
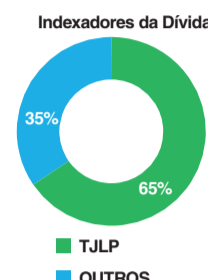
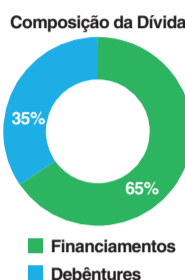
6.7.2 Disponibilidade e Endividamento Consolidado

Endividamento - R\$ mil	2017	2016	Δ%
Curto Prazo	20.164	30.353	-33,6%
Empréstimos e Financiamento	14.801	18.548	-20,2%
Debêntures	5.363	11.805	-54,6%
Longo Prazo	21.982	28.588	-23,1%
Empréstimos e Financiamento	12.516	20.027	-37,5%
Debêntures	9.466	8.561	10,6%
Dívida Bruta	42.146	58.942	-28,5%
Caixa e Equivalente de Caixa	21.643	30.446	-29,5%
Dívida Líquida	20.683	28.495	-27,4%
EBITDA Ajustado	139.450	107.267	30,0%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	0,15	0,27	-44,2%



A companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 21,5M, superando o saldo de 2016 em R\$ 9,0M. O crescimento do saldo deve-se, principalmente, ao menor volume de investimentos realizados em 2017 e ao maior faturamento.

O saldo da dívida bruta em dezembro/2017 é de R\$ 42,1M, uma redução de R\$ 16,8M em relação ao saldo de dezembro/2016 motivada pela amortização dos financiamentos. A relação entre curto e longo prazo está praticamente em equilíbrio, já que 48% do saldo tem vencimento no curto prazo e 52% no longo prazo.



A relação Dívida Líquida/EBITDA de 2017 apresentou o indicador de 0,15 contra 0,27 de 2016, variação de -44,2%. Todos os financiamentos foram contratados em moeda nacional (Real) com indexadores utilizados pelo BNDES. A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da Companhia.

6.8 Principais Investimentos

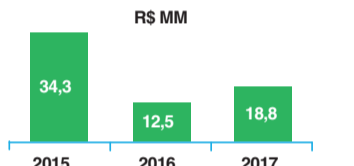
Dentre as obras realizadas desde o início da concessão até dez/2017, destacam-se: construção de 5 viadutos, construção de 21 passarelas, 210 pontos de contenção de encosta, 18,5 quilômetros de ruas laterais, 351.732 m² de reconstrução do pavimento, 105.575 m³ de recapeamento, iluminação de 40 quilômetros da rodovia, e 9,7 quilômetros de construção da terceira faixa na serra.

Em abril/2010, a Companhia iniciou as obras de construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, obra de suma importância para a maior segurança e fluidez do tráfego. Foram concluídos 9,7 quilômetros, entre o Km 103,87 e o Km 94,2 da rodovia.

Durante o ano de 2017, foram investidos R\$ 18,8M, com destaque para a campanha de reconstrução dos pavimentos rígido e flexível, implantação de drenos horizontais profundos e modernização dos sistemas operacionais. Esses investimentos têm como objetivo a melhoria no fluxo de veículos e o aumento da segurança dos usuários que trafegam na rodovia.

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão aprovado na última revisão.

Investimentos - R\$ mil	2017	2016	Δ%
Ampliação da Rodovia	7.317	4.417	66%
Contenções de encostas	527	391	35%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	10.922	7.704	42%
Construção e recuperação de OAE's			
Total	18.766	12.512	50%



Até o final da concessão (2018-2021), ainda serão investidos cerca de R\$ 105,3M em obras e equipamentos, com destaque para a reconstrução do pavimento flexível e contenção de encostas.

7. GESTÃO ESTRATÉGICA

7.1 Estratégia

7.1.1 Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido sucesso sistematicamente na obtenção das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e em função das demandas decorrentes da agência reguladora na execução do contrato de concessão.


7.6.4 Auditoria Interna

O Conselho de Administração da CRT aprova a programação de auditoria do ano, cuja coordenação é exercida pela Auditoria Interna da INVEPAR.

7.6.5 Assembleia dos Debenturistas

Em conformidade com a escritura de emissão das debêntures, os debenturistas se reúnem previamente para deliberar sobre os temas previstos na referida escritura, de forma a orientar o voto dos debenturistas representados no Conselho de Administração da CRT.

7.6.6 Outros Comitês

A Companhia, sempre que solicitada, participa dos comitês de governança dos acionistas e investidores.

Para mais informações sobre a governança da CRT, consulte o site www.crt.com.br, na seção Relação com Investidores.

7.7 Responsabilidade Social e Ambiental

A CRT, a partir de 2017, adotou a divulgação de edital para receber proposições para patrocínio de projetos de responsabilidade social.

As instituições ou proponentes de projetos submeteram toda a documentação descrita no edital para a devida avaliação, que segue as premissas do negócio, da Política de RSE (Responsabilidade Social Empresarial) e do Código de Ética e Conduta.

Os seguintes projetos foram selecionados para receber patrocínio em 2017 por meio da Lei Rouanet e desenvolver atividades até 2018:

Projeto Arte com Teatro – Circuito Escolar – Espetáculo “Proibido estacionar sua vida” (APAExonados por Teatro), promovido pela APAE Magé, que desenvolve ações com 80 (oitenta) participantes diretos, por meio de atividades culturais voltadas às artes cênicas, e 1.200 (hum mil e duzentos) espectadores, crianças e jovens da rede pública de ensino no município de Mage.

Projeto Exposição Fotográfica “Rosário, sonhos e cores”, desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia, que utiliza a arte da fotografia para captar a realidade da comunidade do bairro de São Pedro, especificamente no morro do Rosário em Teresópolis, com ações que propiciam o desenvolvimento de 50 (cinquenta) jovens.

Peça “O Trânsito e Eu”, com cenário que ambienta uma minicidade. O projeto, cujo público-alvo é o infantojuvenil, irá circular por escolas públicas. Atenderá um público de aproximadamente 4.000 (quatro mil) crianças de até 5 (cinco) diferentes cidades à escolha do patrocinador. Serão realizadas 14 (quatorze) apresentações de 30 minutos de duração, em escolas ou instituições, parte em maio/2018 e parte em setembro/2018.

7.8 Concessionária em números
Tabela - Rodovias
Dados anuais

Quilômetros de rodovia	142,5 km de extensão - BR - 116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entroncamento c/ a BR 040/RJ											
Número de veículos que transitaram	EIXOS	2	3	4	5	6	7	8	10+	TOTAL		
	QUANT.	8.200.062	438.873	270.933	201.961	204.278	38.867	1.298	22.854	9.379.126		
Número de praças de pedágios	São 3 praças de Pedágio em operação, PN2 foi suspensa e PN3 não foi construída conforme determinação da ANTT.											
Tarifa	Praça de pedágio principal: Automóvel - R\$ 18,10; Comercial por eixo - R\$18,10; Motocicletas - R\$ 9,00											
	Praças de pedágio auxiliares: Automóvel - R\$ 12,60; Comercial por eixo - R\$ 12,60; Motocicletas - R\$ 6,30.											
Número de quilômetros mantidos	142,5 km											
Índice de congestionamento												
Trânsito Médio Diário Equivalente	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17
	42.138	40.539	39.015	38.534	38.328	38.767	39.891	38.803	40.196	39.721	40.065	42.275
Trânsito Médio Anual Equivalente	39.855											
	4 Bases Operacionais; 68 Câmeras de monitoramento; 3 Carros-resgate; 2 Estações meteorológicas; 9 Estações pluviométricas; 8 Guinchos; 6 Painéis de mensagens variáveis; 100 Telefones de emergência (callboxes); 1 UTI - Móvel; 5 Viaturas de Inspeção											
Equipes utilizadas pelo concessionário												
Índice de qualidade de estrada												
Receita de Pedágio	247.587											
Custos associados às receitas de pedágio	121.189											
Fator Trabalho												
Número de Trabalhadores	373											
Despesas de Pessoal	26.403											
Fator Capital												
Despesas de Depreciação/ Amortização	291.054	O método de Depreciação é o Linear. Para a Amortização, considera-se o prazo de concessão da rodovia.										
Ativo Líquido	172.076											
Ativo Bruto	463.130											
Série Histórica dos Investimentos	ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
		18.325	10.534	7.843	19.606	20.067	19.239	12.039	7.078	7.213	11.909	9.891
	ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
		14.247	13.428	22.423	20.215	57.737	44.760	45.788	31.121	35.210	13.988	20.470
Fatores Intermediários												
Despesas em Administração	3.140											
Despesas em Manutenção	1.483											
Outras Despesas	6.154											
Seguridade												
	Acidentes por Gravidade	Quantidade										
Quantidade de acidentes	Acidentes com Mortes	32										
	Acidentes com Feridos	793										
	Acidentes sem Feridos	564										
	Total	1.389										
Indicadores												
Receita por Veículo	26,40											
Custo por veículo	12,92											

7.9 Balanço Social
CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A - CRT
Balanço Social

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em mil)

1 - Base de cálculo	2017 - Valor			2016 - Valor		
Faturamento bruto	267.034			214.116		
Receita líquida (RL)	242.323			193.904		
Resultado operacional (RO)	96.893			76.461		
Folha de pagamento bruta (FPB)	15.448			14.278		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	15.448			14.278		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.826	12%	1%	1.572	11%	1%
Encargos Sociais	8.167	53%	3%	7.152	50%	4%
Saúde	1.816	12%	1%	1.357	10%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	246	2%	0%	224	2%	0%
Educação	20	0%	0%	23	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	9	0%	0%	7	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.152	14%	1%	2.072	15%	1%
Outros	2.057	13%	1%	1.699	12%	1%
Total - Indicadores sociais internos	16.293	105%	8%	14.106	99%	8%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Cultura	424	3%	0%	267	2%	0%
Outros	19	0%	0%	29	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	443	3%	0%	296	2%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	43.617	282%	18%	36.055	253%	19%
Total - Indicadores sociais externos	44.060	285%	18%	36.351	255%	19%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	640	4%	0%	611	4%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	794	5%	0%	839	6%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	1.434	9%	0%	1.450	10%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas			() Não possui metas		
	() Cumpre de 0 a 50%			() Cumpre de 0 a 50%		
	() Cumpre de 50 a 75%			() Cumpre de 50 a 75%		
	(X) Cumpre de 75 a 100%			(X) Cumpre de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2017			2016		
Nº de colaboradores ao final do período	373			371		
Tempo de serviço	4,83% até seis meses			6,74% até seis meses		
	3,22% de seis meses a um ano			2,43% de seis meses a um ano		
	13,67% entre um e dois anos			16,44% entre um e dois anos		
	16,89% entre dois e cinco anos			23,99% entre dois e cinco anos		
	61,39% mais de cinco anos			50,40% mais de cinco anos		
Nº de admissões durante o período	32			50		
Nº de demissões durante o período	30			35		
Nº de estagiários (as)	3			2		
Nº de colaboradores terceirizados	553			543		
Nº de colaboradores com até 18 anos	8			3		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	44			60		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	234			231		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	87			84		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	143			134		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0			0		
Remuneração paga a mulheres no período	285			263		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	31			31		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	5			4		
Total de horas extras trabalhadas	23.955			28.324		
Total de horas extras pagas	503	3%	0%	600	4%	0%
Total de INSS pagos	3.625	23%	1%	3.078	22%	2%
Total de FGTS pago	1.296	8%	1%	1.099	8%	1%
Total de Contribuição Sindical paga	487	3%	0%	99	1%	0%
Total dos demais encargos sociais pagos	163	1%	0%	144	1%	0%
Total de ICMS recolhido no período	722	5%	0%	485	3%	0%
Total de IR recolhido no período	15.607	101%	6%	13.391	94%	7%
Total de CSLL recolhida no período	5.790	37%	2%	4.951	35%	3%
Total de PIS recolhida no período	1.615	10%	1%	1.304	9%	1%
Total de COFINS recolhida no período	7.453	48%	3%	6.017	42%	3%
Total de outros tributos recolhidos no período	12.430	80%	5%	9.956	70%	5%

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2017	2016
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	61,47%	62,62%
Número total de acidentes de trabalho	11	12
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção () direção e gerências () todos os colaboradores	(X) direção () direção e gerências () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências () todos os colaboradores () todos + CIPA	(X) direção e gerências () todos os colaboradores () todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	(X) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerências () todos os colaboradores () direção () direção e gerências () todos os colaboradores () direção	(X) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerências () todos os colaboradores () direção () direção e gerências () todos os colaboradores () direção
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências (X) direção e todos os colaboradores	() direção e gerências (X) direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve () apoia	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve () apoia
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	63% na Concessionária 100% no PROCON 74% na Justiça	61% na Concessionária _ no PROCON 15% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir:	151.553	125.735
Distribuição do Valor Adicionado	31% governo 21% acionistas 16% colaboradores 25% terceiros 6% retido	31% governo 14% acionistas 17% colaboradores 23% terceiros 15% retido

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS
8.1 Prêmios e Reconhecimentos

• Em 2005, a CRT foi eleita a melhor concessionária federal, segundo pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários de serviços das empresas de transporte terrestre, realizada entre os meses de junho e julho pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de empresa especializada.

• Em 2014, a pesquisa de satisfação foi realizada em todo o território nacional entre março e junho, com aplicação de, aproximadamente, 89 mil questionários junto a usuários de rodovias federais, transportes rodoviários de passageiros e transporte ferroviário de carga. No segmento de rodovias concedidas foram realizadas 11.947 entrevistas com motoristas amadores e profissionais, que avaliaram 49 trechos de 14 concessionárias. Como resultado da consulta, a Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) administrada pela Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) e a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) foram apontadas como as melhores rodovias federais sob concessão no país, com a avaliação média geral de 7,1.

• Segundo a pesquisa IBOPE/2016, realizada a cada dois anos, conforme previsto no contrato de concessão, 86% dos entrevistados consideram a rodovia Ótima + Boa. Esse índice revela a satisfação de nossos usuários em relação aos investimentos e serviços prestados pela Companhia.

• O Projeto Teatro dos Apaixonados realizado pela APAE de Magé/RJ, patrocinado integralmente pela CRT, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura – Lei Rouanet, e sob a gestão da Criativa Social, recebeu o Prêmio Baixada 2016. Em sua 15ª edição, a premiação tem como objetivo valorizar as ações de pessoas e instituições envolvidas com produção cultural e artística.

8.2 Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, PricewaterhouseCoopers, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

8.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária Rio-Teresópolis S/A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

8.4 Agradecimentos

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais, e a todos os nossos colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO



BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	5	21.463	30.446	Fornecedores	12	2.193	1.996
Créditos a receber	7	13.437	11.608	Retenções contratuais	12	586	510
Créditos a receber de partes relacionadas		-	474	Dividendos	12	6	6
Estoques	8	928	887	Outras obrigações	12	1.340	1.412
Impostos a recuperar	9a	2.469	3.810	Empréstimos e financiamentos	13	14.801	18.548
Adiantamento a fornecedores		555	495	Salários, provisões e contribuições	14	4.820	4.761
Despesas antecipadas		2.129	1.954	Provisão para manutenção	16	408	177
Indenizações a receber		376	2.164	Remuneração a pagar a debenturistas	17	5.362	11.805
Outros		1.344	1.329	Impostos, taxas e contribuições	9b	2.336	2.224
Total do ativo circulante		42.701	53.167	Total do passivo circulante		31.852	41.439
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	6	3.171	3.688	Empréstimos e financiamentos	13	12.516	20.027
Depósitos judiciais		920	892	Debêntures	17	9.466	8.561
Outras contas a receber		1.467	1.388	Provisão para manutenção	16	984	997
Imposto de renda e CSLL diferidos	9c	154	-	Obrigações legais decorrentes de processos judiciais	15	9.311	9.286
Indenizações a receber	10	3.981	3.981	Imposto de renda e CSLL diferidos	9c	-	1.216
Imobilizado	15	7.774	7.069	Total do passivo não circulante		32.277	40.087
Intangível	11	164.302	186.450	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		181.769	203.468	Capital social	18a	89.000	86.000
Total do ativo		224.470	256.635	Reservas de capital	18c	3.596	3.596
				Reservas de lucro	18c	67.745	85.513
				Total do patrimônio líquido		160.341	175.109
				Total do passivo e patrimônio		224.470	256.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva para aumento de capital	Reserva de ágio	Legal	Restituição de capital	Reserva para investimento	Reserva retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	78.700	4.048	3.596	1.535	3.820	2.014	68.779	-	162.492
Aumento de capital	7.300	(4.048)	-	(1.535)	-	(1.717)	-	-	-
Dividendos de ex. anterior distribuídos no período	-	-	-	-	-	-	(5.668)	-	(5.668)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(17.504)	(17.504)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	14.456	(14.456)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	35.789	35.789
Apropriação do lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	1.789	340	1.700	-	(3.829)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	86.000	3.596	3.596	1.789	4.160	1.997	77.567	-	175.109
Aumento de capital	3.000	-	-	(1.789)	-	(1.211)	-	-	-
Dividendos de ex. anterior distribuídos no período	-	-	-	-	-	-	(24.349)	-	(24.349)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(32.535)	(32.535)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	5.075	(5.075)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	42.116	42.116
Apropriação do lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	2.106	400	2.000	-	(4.506)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	89.000	3.596	3.596	2.106	4.560	2.786	58.293	-	160.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2017	2016
Receita de serviços		223.095	180.471
Receita extraordinária		1.073	1.026
Receita de construção		18.155	12.407
Receita operacional líquida	19	242.323	193.904
Custo dos serviços	20	(103.034)	(88.499)
Custo de construção	20	(18.155)	(12.407)
Lucro bruto		121.134	92.998
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	21	(21.255)	(13.504)
Depreciações e amortizações		(1.251)	(1.168)
Participação de empregados	23a	(2.152)	(2.072)
Outras receitas operacionais - líquidas		417	207
Lucro operacional		96.893	76.461
Receitas financeiras	22	3.687	5.532
Despesas financeiras	22	(3.096)	(5.914)
Remuneração de debenturistas	22	(33.971)	(21.948)
Despesas financeiras, líquidas		(33.380)	(22.330)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		63.513	54.131
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9d	(22.767)	(17.032)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9d	1.370	(1.310)
Lucro líquido do exercício		42.116	35.789
Lucro por ação - básico	24		
Ações preferenciais		513,41	436,28
Ações ordinárias		466,74	396,63
Lucro por ação - diluído	24		
Ações preferenciais		466,21	363,18
Ações ordinárias		423,83	330,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	42.116	35.789
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	42.116	35.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.513	54.131
Depreciação e amortização	42.167	39.023
Baixa depreciação, amortização e intangível	169	560
Provisão para contingências	801	1.115
Reversão de contingências	(776)	(9.149)
Recapamento	839	-
Juros e encargos financeiros	2.643	3.321
Encargos debêntures	33.971	21.948
Despesa financeira - Debêntures	923	1.378
Receita financeira - Debêntures	(18)	-
Reembolso de Sinistro	(376)	-
Lucro líquido ajustado	143.856	112.327
Despesa antecipada	(176)	76
Créditos a receber	(1.828)	(2.374)
Créditos com partes relacionadas	474	457
Adiantamento a fornecedor	(59)	171
Estoques	(41)	(249)
Depósitos e bloqueios judiciais	(29)	212
Indenizações a receber	2.164	(1.966)
Impostos a recuperar	(879)	(3.258)
Outros circulantes	(93)	(214)
Provisão para manutenção	(621)	(331)
Salários, provisões e contribuições sociais	189	89
Fornecedores	197	530
Impostos a recolher	113	296
Participação nos lucros dos resultados	(131)	(80)
Outras obrigações a pagar	4	269
	(716)	(6.372)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.547)	(17.618)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	122.593	88.337
Caixa Líquido das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras - resgates (aplicações) líquidos	516	(410)
Adições de Imobilizado e Intangível	(20.893)	(14.872)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(20.377)	(15.282)
Caixa líquido das atividades de financiamento		
Amortizações de Empréstimos	(18.556)	(20.766)
Pagamento de dividendos	(56.884)	(23.172)
Novas captações de empréstimos obtidos	7.000	-
Encargos e juros financeiros pagos a terceiros	(2.345)	(4.065)
Remunerações pagas a debenturistas	(40.414)	(15.912)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(111.199)	(63.915)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(8.983)	9.140
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	30.446	21.306
Saldo no final do exercício	21.463	30.446
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(8.983)	9.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas		
Serviços	244.220	197.578
Receitas extraordinárias	1.292	1.178
Outras receitas	417	207
Construções	18.155	12.407
Insumos adquiridos de terceiros		
Material, energia, serviços de terceiros e outros	(48.415)	(33.011)
Custos contratuais da concessão	(7.482)	(6.968)
Custos construções	(18.155)	(12.407)
Valor adicionado bruto	190.032	158.984
Depreciação e amortização	(42.167)	(39.023)
Valor adicionado líquido produzido	147.865	119.961
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.687	5.532
Valor adicionado total a distribuir	151.552	125.493
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	23.787	21.396
Remuneração direta	15.447	14.278
Benefícios	4.908	3.963
FGTS	1.280	1.083
Participações de empregados e dirigentes	2.152	2.072
Impostos, taxas e contribuições	47.437	39.367
Federais	34.425	28.991
Estaduais	722	437
Municipais	12.290	9.939
Remuneração de capitais de terceiros	38.212	28.941
Juros	2.930	5.702
Remuneração de debenturistas	33.971	21.948
Aluguéis	1.311	1.291
Remuneração de capitais próprios	42.116	35.789
Dividendos	32.535	17.504
Lucros retidos do exercício	9.581	18.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional
 A Concessionária Rio -Teresópolis S.A. ("CRT" ou "Companhia") - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com término em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.
 A CRT foi constituída sob a forma de "sociedade anônima" com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) S/Nº KM 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Bernan, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR.
 A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2018.

2. Resumo das principais práticas contábeis
 As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Bases de preparação
 As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.
 A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.19.

(a) **Demonstrações financeiras**
 As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as orientações específicas emanadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

(b) **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**
Novas normas que ainda não estão em vigor
 As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
 • IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": define cinco passos simples a serem aplicados aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Sua vigência terá início em 1º de janeiro de 2018 e substituirá as orientações os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18, IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).
 • IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.
 • IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.
 A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e concluiu que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras em relação à aplicação do IFRS 15, IFRS 9 e IFRS 16.
 Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de

variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3 Aplicação financeira
 A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4 Créditos a receber
 Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.5 Estoques
 Os estoques são apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.6 Ativos intangíveis
(a) Infraestrutura
 Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.
 O reconhecimento inicial do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.
 A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base na vida útil econômica estimada ou no prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.
 Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

(b) Software
 As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e



Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido dos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na Demonstração do Resultado ou capitalizados durante a fase de construção, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00, 4,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções da receita bruta na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para sua utilização. Os impostos diferidos ativos são revisados trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.13 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas após certos ajustes.

2.14 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

A receita de serviços compreende a cobrança e pedágio e é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A receita de construção é registrada de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos, cabendo à CRT a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.16 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

2.17 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

a.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam maior probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

b.1) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais, bem como a avaliação dos advogados externos. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.2) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25. Na Nota 15 estão divulgados os montantes dos processos judiciais classificadas com risco de perda "possível", os quais poderão impactar o saldo da provisão para contingências no próximo exercício social, caso a sua probabilidade de perda seja reavaliada para "provável".

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.21 Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.22 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.23 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3. Gestão de risco financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A(bra)". Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de R\$ 17.033 (R\$ 26.206 em 2016), dos quais se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

3.1 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, foi requerido algum julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira		20.204	20.204	20.204
Taxa anual estimada do CDI		9,93%	7,45%	4,97%
Efeito no lucro líquido		2.006	1.505	1.004

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito C	TJLP + 1,8%	2.315	2.349	2.384
BNDES Sub-Crédito D	TJLP + 2,8%	1.000	1.015	1.030
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,00%	8,75%	10,50%

(c.2) BNDES Automático II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito 1	TJLP + 6,00%	8.634	8.854	9.073
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,00%	8,75%	10,50%

(c.3) BNDES III

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,89%	12.916	13.108	13.301
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,89%	5.724	5.808	5.893
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,00%	8,75%	10,50%

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

No período encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures, empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2017, a Companhia revisou a estratégia em relação à de 2016, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0 e 1,00.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, podem ser assim resumidos:

	2017	2016
Debêntures	14.828	20.366
Total dos empréstimos (Nota 13)	27.317	38.575
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(21.463)	(30.446)
Dívida líquida	20.682	28.495
Total do patrimônio líquido	160.341	175.109
Total do capital	181.023	203.604
Índice de alavancagem financeira	0,11	0,14

Em 13/10/2017, a Companhia teve o seu rating elevado para 'AAA(bra)' atribuído pela classificadora de riscos "Fitch Ratings", com perspectiva Estável.

4. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 112.424, como segue (dados em milhares de reais):

	2018	2019	2020 a 2021	Total
Investimentos - PER	38.449	31.667	42.308	112.424

Tais investimentos estão condicionados à autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados, bem como autoriza o respectivo repasse na tarifa para manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

|--|



7. Créditos a receber

	2017	2016
Pedágio eletrônico	12.384	10.663
Vale Pedágio	1.038	931
Outros	15	14
Total	13.437	11.608

A Companhia vem operando desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil. Em 18/09/2017, a CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) incorporou a DBTRANS, responsável pelo sistema de vale pedágio utilizado pela Companhia desde 2011.

Além desses, a Companhia opera ainda com os pedágios eletrônicos Auto Expresso, Conectcar, Move Mais e vale pedágio Visa Vale. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 31 de dezembro de 2017, não há valores significativos em atraso.

8. Estoques

	2017	2016
Almoxarifado	836	730
Matéria-prima	92	157
Total	928	887

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

9. Impostos, taxas e contribuições

a) Créditos tributários

	2017	2016
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.116	3.463
PIS e COFINS	343	340
ISS	7	7
ICMS	3	-
Circulante	2.469	3.810

b) Obrigações fiscais

	2017	2016
Imposto de Renda e Contribuição Social	63	63
PIS e COFINS	956	880
ISS	1.299	1.235
ICMS	-	28
IRRF	18	18
Circulante	2.336	2.224

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2017			2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/Prov. Custo Manutenção	511	184	695	349	126	475
IR e CSLL diferidos s/Prov. Riscos	2.328	838	3.166	2.321	836	3.157
IR e CSLL diferidos s/Ajuste a Valor Justo Debêntures	1.290	464	1.754	1.059	382	1.441
IR e CSLL diferidos s/Contingência Tributária	260	-	260	-	260	-
Ativo não circulante	4.389	1.486	5.875	3.989	1.344	5.333
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	727	261	988	953	343	1.296
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	1.550	558	2.108	2.031	731	2.762
IR e CSLL diferidos s/Reembolso de contingência	995	358	1.353	996	358	1.354
IR e CSLL diferidos s/Ajuste a Valor Justo Debêntures	841	303	1.144	836	301	1.137
IR e CSLL diferidos s/Reembolso de sinistro	94	34	128	-	1.344	-
	4.207	1.514	5.721	4.816	1.733	6.549
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	182	(28)	154	(827)	(389)	(1.216)

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro antes da tributação	63.513	54.131
IR e CS sobre lucro líquido 34%	(21.594)	(18.404)
Despesas não dedutíveis diversas	(1.729)	(2.094)
Exclusões permanentes diversas	359	470
Incentivos fiscais	650	477
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	897	953
Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores	(4)	232
Outros	24	24
IR e CS totais	(21.397)	(18.342)
Corrente	(22.767)	(17.032)
Diferido	1.370	(1.310)

10. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações		Computadores e Periféricos		Móveis e Utensílios		Veículos		Outros Imobilizados ¹		Estoques para Imobilizações ²		Total
	Instalações	Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Estoques para Imobilizações ²	Total	Total	Total	Total	Total		
Em 1º de janeiro de 2016													
Saldo inicial líquido	3.866	79	245	459	1.788	-	6.437						
Aquisições	111	291	18	817	733	-	1.970						
Transferências	293	(40)	-	-	(253)	-	-						
Baixas	(16)	(38)	-	(441)	-	-	(495)						
Depreciação	(770)	(135)	(40)	(200)	(15)	-	(1.160)						
Baixas	12	11	-	294	-	-	317						
Saldo contábil líquido	3.496	168	223	929	2.253	-	7.069						
Em 31 de dezembro de 2016													
Custo	6.401	1.134	492	1.330	2.616	-	11.973						
Depreciação acumulada	(2.905)	(966)	(269)	(401)	(363)	-	(4.904)						
Saldo contábil líquido	3.496	168	223	929	2.253	-	7.069						
Em 1º de janeiro de 2017													
Saldo inicial líquido	3.496	168	223	929	2.253	-	7.069						
Aquisições	69	310	19	479	950	294	2.121						
Transferências	28	35	33	-	(21)	(75)	-						
Baixas	(24)	-	-	(393)	-	-	(417)						
Depreciação	(805)	(127)	(41)	(259)	(15)	-	(1.247)						
Baixas	24	-	-	224	-	-	248						
Saldo contábil líquido	2.788	386	234	980	3.167	-	7.774						
Em 31 de dezembro de 2017													
Custo	6.474	1.479	544	1.416	3.545	219	13.677						
Depreciação acumulada	(3.686)	(1.093)	(310)	(436)	(378)	-	(5.903)						
Saldo contábil líquido	2.788	386	234	980	3.167	-	7.774						

¹Referem-se as imobilizações em andamento (Prédios e benfeitorias, Ferramentas e Software Business intelligence) e Terrenos.

²Refere-se as imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo.

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

11. Intangível

	Infraestrutura				Marcas e Patentes		Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)	Patentes	Software		
Em 1º de janeiro de 2016								
Custo	183.383	26.614	200.561	6.876	53	688	418.175	
Amortização acumulada	(88.709)	(15.736)	(101.443)	-	(53)	(441)	(206.382)	
Saldo contábil líquido	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793	
Em 31 de dezembro de 2016								
Saldo inicial	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793	
Aquisições	-	66	66	12.706	-	64	12.902	
Transferências	9.105	4.306	96	(13.507)	-	-	-	
Baixas	-	(241)	(148)	-	-	-	(389)	
Amortização	(17.014)	(2.240)	(18.579)	-	-	(30)	(37.863)	
Baixas	-	7	-	-	-	-	7	
Saldo contábil líquido	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450	
Em 31 de dezembro de 2016								
Custo	192.488	30.744	200.575	6.075	53	752	430.687	
Amortização acumulada	(105.723)	(17.968)	(120.022)	-	(53)	(471)	(244.237)	
Saldo contábil líquido	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450	
Em 1º de janeiro de 2017								
Saldo inicial	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450	
Aquisições	-	386	45	18.155	36	150	18.772	
Transferências	15.234	935	4.795	(20.971)	-	7	-	
Baixas	-	-	-	-	-	(6)	(6)	
Amortização	(19.166)	(3.077)	(18.650)	-	(1)	(26)	(40.920)	
Baixas	-	-	-	-	-	6	6	
Saldo contábil líquido	82.833	11.020	66.743	3.259				



17. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001 com as seguintes características, resumidas:

- 1) Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou fluviantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
- 2) Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
- 3) Valor da emissão (em R\$): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
- 4) Data de emissão: 31 de dezembro de 2001.
- 5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 0,56055, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.
- 6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
- 7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): **Vencimento:** Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.
- 8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20):

2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 2.16, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário caso o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a três exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.20 – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 2.19 acima, a EMISSORA pagará aos detentores das Debêntures, à época em circulação, o valor nominal das Debêntures, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”), ou, na extinção ou invalidação deste, por qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao IGP-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

9) Conversibilidade: (Cláusula 2.11.1.): Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, observando o disposto nas Cláusulas 2.11.4, 2.11.8 e 2.11.10 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 21 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à EMISSORA, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermediário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 (“Contrato de Concessão”).

(Cláusula 2.11.5.): Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1(uma) ação.

(Cláusula 2.11.7): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

10) Destinação dos Recursos: (Cláusula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dez) dias anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração: (Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): **Remuneração:** A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de convertibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de conversão, que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data de emissão corresponde ao prêmio das opções, constitui um instrumento patrimonial, em aplicação do CPC 39.

Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio – total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963

Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio – total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676

Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio – total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total de R\$ 7.668 (R\$ 9.466 ajustados a valor presente em 2017 e R\$ 8.561 em 2016), corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia provisionou o valor de R\$ 33.971 (2016: R\$ 21.948) correspondente à remuneração dos debenturistas.

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

	Saldo Inicial 31.12.2016	Adições	Baixas	Saldo Final 31.12.2017
Debêntures	11.805	33.971	(40.414)	5.362
Valor Provisionado	11.805	33.971	(40.414)	5.362

18. Patrimônio líquido

a) Capital social
 O capital social é de R\$ 89.000, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 28 de abril de 2017, foi deliberado o aumento de R\$ 3.000 no capital social da Companhia, mediante utilização de Reserva de Lucros e Reserva de Capital, passando a ser R\$ 89.000.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2017				2016			
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
CCNE Carioca Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda. (1)	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Logística S.A.	10.264	21,04	-	-	10.264	11,87	10.264	11,87
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A (2)	-	-	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT – Fundo de Investimento em Participações	-	-	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	-	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERFG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

(1) e (2) Em agosto de 2016, a Road Participações em Concessionárias LTDA e a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A sucederam a Strata Construções e Concessionárias Integradas S/A e Construtora Queiroz Galvão S.A respectivamente, mantendo-se as participações acionárias.

b) Dividendo
 É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório. O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do período	42.116	35.789
Reserva legal	(2.106)	(1.789)
Base de cálculo	40.010	34.000
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo mínimo obrigatório	10.003	8.500
Dividendo adicional pago	22.532	9.004
Dividendo adicional proposto	5.075	14.456
Total de dividendos	37.610	31.960

Para o exercício de 2017, a distribuição atribuída é de 100% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, os dividendos adicionais pagos e os dividendos adicionais propostos.

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

	Saldo Inicial 2016	Atribuídos	Pagos	Saldo Final 2017
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	6	-	-	6
Dividendo de exercício anterior	-	24.349	(24.349)	-
Dividendo proposto	-	32.535	(32.535)	-
Total de dividendos	6	56.884	(56.884)	6

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	2017	2016
Reserva de ágio	3.596	3.596
Reserva legal	2.106	1.789
Reserva de restituição de capital	4.560	4.160
Reserva para investimentos	2.786	1.996
Reserva de retenção de lucros	58.293	77.568
Total das reservas	71.341	89.109

19. Receitas

	2017	2016
Receita de pedágio	247.587	200.324
Receita extraordinária	1.292	1.178
Receita de construção*	18.155	12.407
Tributos incidentes sobre as receitas	(21.344)	(17.259)
Abatimentos sobre receitas de pedágio	(3.367)	(2.746)
Receita líquida	242.323	193.904

* O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

A receita com pedágio obteve um crescimento de 24,9% em relação ao ano de 2016 em decorrência, principalmente, dos reajustes da tarifa básica de pedágio, ocorridos em dez/16 (de R\$ 12,20 para R\$ 17,10) e set/17 (de R\$17,10 para R\$ 18,10).

20. Custos

	2017	2016
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	3.241	3.140
Prestadores de serviço	10.373	11.085
Material, equipamento e veículos	2.134	1.602
Gastos gerais	10.163*	1.419
Gastos com alugueis	160	150
Depreciação e amortização	40.892	37.833
	66.963	55.229
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios	11.737	10.393
Prestadores de serviço	10.681	10.053
Material, equipamento e veículos	2.716	2.692
Gastos gerais	943	1.207
Custos contratuais de concessão	7.482	6.968
	33.559	31.313
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	1.325	1.152
Material, equipamento e veículos	11	-
	1.336	1.152
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	192	288
Custo apropriação	984	517
	1.176	805
Total de custos associados a receita de pedágio	103.034	88.499
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	18.155	12.407
Total	121.189	100.906

* O aumento nos Gastos gerais, em 2017, refere-se às reclassificações dos gastos com sinistros, em atendimento ao CPC 25.

Total de custos associados a receita de pedágio

Custos associados às receitas de construção

Total

21. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Salários, encargos e benefícios	8.856	7.481
Serviços de terceiros	3.140	3.489
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	1.483	1.339
Despesas gerais	6.333	(213)*
Despesas de remuneração de dirigentes	1.443	1.408
Total	21.255	13.504

* A redução das Despesas gerais, em 2016, ocorreu em função da reversão de provisão de contingência cível, no valor de R\$ 8.280.

22. Receitas e despesas, financeiras

	2017	2016
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(1.007)	(2.202)
Despesas bancárias	(808)	(1.117)
Variação monetária passiva	(31	



	2017			2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	13.494	28.622	42.116	11.467	24.322	35.789
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	7.183	15.237	22.420	4.641	9.845	14.486
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	20.677	43.859	64.536	16.108	34.167	50.275
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.076	142.862	48.786	94.076	142.862
Lucro por ação (R\$)	423,83	466,21	451,74	330,17	363,18	351,91

⁽¹⁾ A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição, uma vez que a remuneração das debêntures é equivalente à remuneração das ações em circulação.

⁽²⁾ Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A. Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 100% em 2017 e 2016. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 17.

25. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – antigo DNER – compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de dezembro de 2017:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	10.000	12.09.17 a 12.09.18	Fairfax Brasil Seguros Corporativos
Riscos Operacionais	65.000	11.07.17 a 11.07.18	AIG Seguros Brasil
Garantia	28.282	22.11.17 a 22.11.18	Fator Seguradora
Administradores e Diretores	25.000	15.02.17 a 15.02.18	AIG Seguros Brasil
Automóveis	3.926	30.01.17 a 30.01.18	Tokio Marine Seguradora

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluído roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluindo equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta e a avaliação da sua deficiência não faz parte do escopo de Exame das Demonstrações Financeiras pelos auditores independentes.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO
Marcelo Stachow Machado da Silva	Presidente do Conselho
Túlio Toledo Abi Saber	Conselheiro Titular
Francisco Ubiratan de Sousa	Conselheiro Titular
Guilherme Nogueira de Castro	Conselheiro Titular
Roberto Alexandre Ziehfuss Hesketh	Conselheiro Titular
Luiz Claudio Levy Cardoso	Conselheiro Titular
Antonio Carneiro Alves	Conselheiro Titular

DIRETORIA

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADOR RESPONSÁVEL

Jadir Eugênio de Souza
CRC-RJ 075.243/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rio Teresópolis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio Teresópolis S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior.

Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para passivos contingentes de natureza cível e trabalhista

Conforme divulgado na Nota 15, a Companhia é parte em processos de natureza cível e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos e registra provisão nas demonstrações financeiras nos casos em que considera que haverá perda provável.

Adicionalmente, a Companhia possui ações cíveis e trabalhistas em andamento para as quais não foram registradas provisões, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis pela administração, a partir de posições de seus assessores jurídicos.

As avaliações de risco e as estimativas de perdas são elaboradas pela administração com base nas evidências disponíveis e nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia, envolvendo elevado grau de julgamento, dada a complexidade dos temas. Nesse contexto, o andamento dos referidos processos nas diversas esferas aplicáveis pode resultar em alterações nas avaliações dos riscos de perda e impactar de forma significativa as provisões constituídas e o resultado da Companhia.

Considerando os aspectos acima, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada ao reconhecimento de provisão para perdas com processos judiciais de natureza cível e os procedimentos internos adotados pela administração para a determinação da provisão e respectiva divulgação.

Adicionalmente, obtivemos confirmação dos consultores jurídicos externos que patrocinam as causas da Companhia, contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda remota, possível e provável. Testamos a consistência das informações recebidas dos assessores externos com as informações provenientes dos controles auxiliares preparados e mantidos pela administração.

Consideramos como razoáveis os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as correspondentes divulgações, estando consistentes com as informações recebidas ao longo de nossa auditoria.

Contabilização dos gastos com infraestrutura e concessão

Conforme descrito na Nota 11, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta saldo de ativo intangível no montante de R\$ 163.855 mil, correspondente aos gastos com infraestrutura do contrato de concessão da Rodovia Rio-Teresópolis, que é recebido por meio da cobrança aos usuários via tarifa de pedágio.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, devido à magnitude dos valores investidos em infraestrutura, ao julgamento quanto aos valores de amortização até o final da concessão e aos controles e critérios de elegibilidade para o registro de adições no período correto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Teste da consistência da política contábil relacionada ao registro contábil dos gastos com infraestrutura com os procedimentos internos adotados pela administração.
- Entendimento e teste dos controles internos relevantes sobre o ambiente de tecnologia da informação que suporta a estrutura de controles da Companhia, bem como entendimento e teste dos controles internos relevantes ao processo de registro dos gastos em infraestrutura do período, reconhecidos no ativo intangível de concessão.
- Inspeção, em base amostral, dos documentos suporte referentes aos gastos em infraestrutura do período, bem como recálculo da amortização do ativo intangível, pelo prazo do contrato de concessão.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para registro e amortização dos gastos em infraestrutura são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras, bem como consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

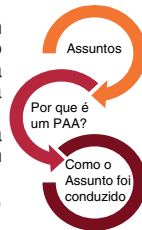
Reconhecimento das receitas de pedágio

Conforme descrito na Nota 19, as receitas da Companhia advêm substancialmente de cobrança de pedágio. Tais receitas são auferidas por meio de cobrança manual e também por meio de sistemas automáticos de arrecadação, que computam automaticamente a passagem dos veículos e atualizam os registros contábeis da Companhia.

Considerando o elevado nível de automação do processo de registro da receita e a representatividade dos montantes envolvidos, julgamos que essa é uma área importante para a nossa auditoria em decorrência do risco de distorções relevantes associados a totalidade das receitas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, teste da consistência entre a política contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e os procedimentos internos adotados pela administração para o registro da receita de cobrança de pedágio.

Também realizamos o entendimento e teste dos controles internos relevantes sobre o ambiente de tecnologia da informação que suporta a estrutura de controles da Companhia, bem como realizamos o entendimento e teste dos controles associados a totalidade da receita.



Obtivemos, ainda, confirmação das empresas de arrecadação automática de pedágio sobre transações da receita gerada por meio desses sistemas de cobrança, bem como confirmamos os correspondentes depósitos nas contas correntes bancárias da Companhia para transações selecionadas da receita originadas de arrecadação manual. O resultado desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria, no contexto das demonstrações financeiras, e não revelaram inconsistências em relação às políticas contábeis da Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Rio de Janeiro, 13 de março de 2018
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O-8